

V - Subsecretário (a) da Juventude;
VI - Subsecretário (a) de Promoção de Políticas para Criança e Adolescente;
VII - Subsecretário (a) do Sistema Socioeducativo;
VIII - Chefe da Assessoria de Gestão Estratégica e Projetos;
IX - Coordenador (a) Administrativa;
X - Coordenador (a) de Orçamento, Finanças, Contratos e Convênios;
XI - Diretor de Informática e Informação;
Parágrafo único. A Presidência do Comitê será exercida pelo Secretário (a) de Estado de Políticas para Criança, Adolescente e Juventude em caráter excepcional, ser substituído pelo Subsecretário de Administração Geral, que assumirá todas as prerrogativas do Presidente conferidas por esta Portaria.
Art. 4º As reuniões presenciais do CGTIC/SECRIANCA serão convocadas pelo presidente e deverão ter quórum mínimo de 50% de seus integrantes.
Art. 5º As deliberações serão tomadas por consenso e, havendo divergência, será procedida votação, a critério da Presidência, com decisão por maioria simples.
§1º Nos casos de votação, havendo empate, a decisão será proferida pelo Presidente.
§2º Poderão participar das reuniões, na qualidade de ouvintes/colaboradores, representantes de qualquer Unidade Organizacional da SECRIANCA.
§ 3º Poderão ser convidados a participar das reuniões do CGTIC/ SECRIANCA, a juízo do seu Presidente, para subsidiar suas deliberações, representantes de órgãos ou entidades públicas e privadas, bem como consultores técnicos, inclusive servidores públicos em exercício na Diretoria de Tecnologia da Informação.
§ 4º A participação no CGTIC/ SECRIANCA é considerada como de relevante interesse público e não enseja qualquer tipo de remuneração.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
AURELIO ARAUJO

(*) Republicado por ter sido encaminhado com incorreção no original, publicado no DODF nº 67, de 08 de abril de 2016, página 19.

CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO DISTRITO FEDERAL

ATA DA 254ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
Aos vinte e oito dias de julho de dois mil e quinze, na sala de reuniões localizada no terceiro andar da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal, localizada no Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte - SAAN, Quadra 01, Lote C, Comércio Local, Brasília/DF, às nove horas e quarenta minutos, ocorreu a abertura oficial da 254ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal - CDCA/DF, sob a Presidência do Vice-Presidente do CDCA/DF, Cássio Reis de Moura. Representantes Governamentais presentes: Maria Salete de Melo como (1º suplente) Secretária de Cultura; Antônio Carlos de Carvalho Filho, 1º Suplente da Secretaria da Criança; Daniela Gomes do Nascimento como titular da Secretaria de Educação; Jhonathan Andrade da Costa, titular da Secretaria de Esportes e Lazer; Luiz Carlos Ribeiro da Silva como titular da Secretaria de Gestão do Território e Habitação; Emilson Ferreira Fonseca como titular da Secretaria de Estado de Estado de Planejamento e Gestão do DF; Denise Leite Campos (2º Suplente) da Secretaria de Saúde; Raquel Vilela Pedro (2ª Suplente) da Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo. Representantes da Sociedade Civil presentes: Maria Gabriela Lima (2º Suplente) da Obras Assistenciais São Sebastião - OASAS; Adriana Canello Nunes (2º Suplente) da Casa Azul; Deise Araújo de Freitas como titular da Inspetoria São João Bosco - CESAM DF; Renata Rodrigues Flores Alves como titular da Associação Cristã dos Moços de Brasília - ACM; Vanessa Rosa Bastos, titular do Conselho Regional de Psicologia - CRP; Cintia de Oliveira Legendre (2ª Suplente) do Instituto Brasileiro de Pró Educação, Trabalho e Desenvolvimento - ISBET; Paulo Henrique Pereira Farias(2ª Suplente) do Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes Religiosas e Filantrópicas do Distrito Federal; Milda Lourdes Pala Moraes, titular da União Brasileira de Educação e Ensino - MARISTA. Item 1 - Abertura. Aberta a reunião, procedeu-se a verificação de quórum para deliberações. Item 1 - Aprovação da ata da 34ª Reunião Plenária Extraordinária. A ata foi aprovada por unanimidade. Item 3- Relatoria de Processos de Pautas Anteriores. Concessão de Registro: a) processo 0417-000.953/2014- Associação Pequenos Passos, Distribuição Lar da Criança Padre Cícero, Remetido para a próxima Plenária; b) processo 0417-000.569/2015- Instituto da Advocacia Social INAS, Distribuição: Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal- parecer favorável; c) processo 0417-000798/2014- Liga Desportiva Park Way- Distribuição: Secretaria de Esporte e Lazer- indeferido; d) processo 0417-00-948/2014- Associação dos Profissionais de Saúde Pública do DF, Distribuição: Sociedade Espírita de Amparo Casa do Caminho- suspenso para análise; e) processo 417-001.675/2013- interessado: Vila do Pequeno Jesus- distribuição: Aldeias Infantis- relator ausente f) processo 0400-001491/2014-0400-001491- Amigos do Bem- Distribuição: SINDSASC- remetido para a próxima plenária. g) processo 417-000.549/2014, interessado: Associação Bancorbrás de Responsabilidade Social- Distribuição: SINTIBREF- Deferido h) Processo 417-000.452/2014- Instituto Cultural e Social Lumiar- Distribuição: Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres- deferido; i) processo 417-000.320/2014- interessado: Instituto Empreender, distribuição: SINTIBREF- remetido para a próxima plenária. j) processo 417-000.861/2013- interessado: Projeto Assistencial Sementes de Esperança - PASES, Distribuição: Centro de Ensino e Reabilitação- Concessão de registro: a) processo 0417-000.994/2009-Ação Social do Planalto, Distribuição: Subsecretaria de Estado da Juventude do DF- Remetido para a próxima Plenária b) processo 0417-000.869/2014-Instituto Marista de Assistência Social- IMAS, Distribuição: Secretaria de Educação-Remetido para a próxima Plenária.c) processo 0417-000.1328/2005- Associação para Auxílio à Maternidade, à Infância e Adolescência - AMAI- Distribuição: União Brasileira de Educação e Ensino- MARISTA- Remetido para a próxima Plenária.d) processo 0400-000.369/2010 -Instituto Fecomércio, Distribuição: Secretaria de Estado de Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos- Remetido para a próxima Plenária. e) processo 0400-000.981/2008-Associação de Ensino Profissionalizante- ESPRO Distribuição: distribuído para o Centro Comunitário da Criança.f) processo 0417-000.394/2014-Inspetoria São João Bosco CESAM, Distribuição: União Secretaria de Estado de Relações Institucionais- Remetido para a próxima Plenária. g) processo 0400.000.973/2009-Transforme Ações Sociais e Humanitárias, Distribuição: Aldeias Infantis SOS Brasil- Remetido para a próxima Plenária. Item 4 - Estrutura do CDCA/DF: remetido para a próxima Plenária. Item 4.1- Estrutura da Unidade de Gestão de Fundos - UNGEF: remetido para a próxima Plenária. 4.2- Designação de um Ordenador de Despesas para a Ungef: remetido para a próxima Plenária. 4.3. Realização das Conferências: relatório da Coordenadora do Grupo de Trabalho. Definição de prazos e estratégias. A Conselheira Andrecinda, coordenadora das Conferências, deu voz para os adolescentes participantes do Comitê Consultivo para explanarem acerca do assunto. Os adolescentes declararam o interesse em participarem mais ativamente das Conferências e ações do CDCA. Deliberou-se que a Secretaria de Educação do DF, Secretaria de Estado da Criança e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social irão compor a Comissão das Conferências juntamente com as outras secretarias

definidas anteriormente. Resolveu-se que haverá uma reunião conjunta entre o Comitê Consultivo e a Comissão das Conferências dia 18 de agosto as 9hs, para debater unicamente acerca das Conferências.4.5.Sistema Socioeducativo no DF, situação e perspectivas. Relato de Comissão e agendamento de Plenária Exclusiva para tratar o tema/4.6. Plano Decenal de Promoção, Garantia e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do DF. Ficou definida uma Plenária Extraordinária para o dia 14 agosto, no período integral, para tratar sobre os processos do Registro que estão atrasados, Sistema Socioeducativo e Plano Decenal. Após, a Comissão do Plano Decenal fez uma breve apresentação sobre tema relatando o histórico, princípios e diretrizes. 5.0. Informes Comissão de Legislação- A apresentação do Parecer formulado pelo Conselheiro Valdemar acerca do trâmite do Fundo ficou remetido para a Próxima Plenária. O mesmo ainda solicitou um levantamento por parte da secretaria executiva sobre as principais falhas do projetos referentes ao Edital 01/2015. 6.0 Planejamento Estratégico- Será discutido na comissão de Formação e Mobilização para apresentação de proposta na Próxima Plenária. 6.1 Crianças no Sistema Prisional - A presidente Jane Klebia, assumiu os trabalhos da Reunião e fez a propositura de um novo edital do FDCA/DF com linha de ação para atendimento de crianças que visitam os pais no sistema prisional e filhos de catadores de lixo. A proposta será discutida nas próximas reuniões. Eu, Michelle Sandes, Assessora do CDCA/DF, secretariei esta reunião e digitei esta ata que se encontra assinada pelo Presidente. Brasília, 28 de julho de 2015.

JANE KLEBIA REIS
Presidente do Conselho

ATA DA 255ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias de agosto de dois mil e quinze, na sala de reuniões localizada no terceiro andar da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal, localizada no Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte - SAAN, Quadra 01, Lote C, Comércio Local, Brasília/DF, às nove horas e quarenta minutos, ocorreu a abertura oficial da 255ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal - CDCA/DF, sob a Presidência da Presidente do CDCA/DF, Jane Klébica Reis. Representantes Governamentais presentes: Maria Salete de Melo como (1º suplente) Secretária de Cultura; Siênia Vaz da Costa (1ª Suplente) da Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social; Antônio Carlos de Carvalho Filho, 1º Suplente da Secretaria da Criança; Daniela Gomes do Nascimento como titular da Secretaria de Educação; Jhonathan Andrade da Costa, titular da Secretaria de Esportes e Lazer; Emilson Ferreira Fonseca como titular da Secretaria de Estado de Estado de Planejamento e Gestão do DF; Mari Elizabeth Trindade, Rodrigo Oliveira e Fabrício Santos da Secretaria de Relações Institucionais; Lucy Mary Cavalcante da Secretaria de Saúde; Vinicius Dias Cunha da Secretaria de Segurança; Jocilene Gomes de Oliveira da Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo; Rayane Ruas Quadros da Secretaria de Turismo. Representantes da Sociedade Civil presentes: Roberta Fernandes Moraes da Obras Assistenciais Padre Natele Battezz; Daise Moisés, Vice-Presidente do CDCA/DF da Casa Azul; Ailton Pereira da Costa como titular da Inspetoria São João Bosco - CESAM DF; Renata Rodrigues Flores Alves como titular da Associação Cristã dos Moços de Brasília - ACM; Ednaldo Jardel Andrade do Conselho Regional de Psicologia - CRP; Salviano Santim do Instituto Brasileiro de Pró Educação, Trabalho e Desenvolvimento - ISBET; Rosangela Bento Cardoso do Lar da Criança Padre Cícero; Valdemar Martins da Casa de Ismael; Andrecinda Pina da Sociedade Espírita de Amparo ao Menor - Casa do Caminho; Lauro Moreira Saldanha do Centro Comunitário da Criança; Francisco Rodrigues "Beto" do Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes Religiosas e Filantrópicas do Distrito Federal - SINTIBREF; Cleomildo Graciando, titular da União Brasileira de Educação e Ensino - MARISTA; Fábio Felix, representante do SINDSASC. Presente ainda, a representante do MPDFT, Dra. Rosana Viegas e Carvalho. Item 1 - Abertura. Aberta a reunião, procedeu-se a verificação de quórum para deliberações. Item 2. Aprovação das Atas anteriores - 254ª Plenária Ordinária e a 36ª Plenária Extraordinária - aprovadas por unanimidade, com a ressalva de incluir nome dos participantes, Siênia, Melissa e Fabíola. Item 3. Marco regulatório. Revisão da legislação para autorizar reformas e construções com recursos do FDCA/DF - Apresentação Conselheiro Valdemar (30 minutos) Apresentação das razões escritas do Conselheiro Valdemar para permitir reforças e construções com recursos do FDCA/DF. Dada a palavra à Vice-Presidente Daise "existe chance de revisão para utilização de recursos para construção. Brasília é uma cidade diferente na parte fundiária. Sugeriu a fixação de limites. Em construções maiores se abra para captação de recursos. Se for superior ao valor fixado no edital só será feito se for via captação de recurso com a parte do fundo. Se for ampliação, reforma e melhoria o FDCA/DF pode acatar pelo valor dos projetos. Não há porque esperar o marco regulatório que só entre em vigor em 2016, adaptando de acordo com as recomendações. PL 680 será favorável. Não vamos esperar. Vamos aprovar, a Comissão de Legislação altera, o FDCA/DF estipula os critérios". O Conselheiro Salviano destacou que "há locais que não se podem nem alugar nem investir porque a lei proíbe. Não se precisa abrir tudo, mas o básico precisa ser revisito, pois do contrário o trabalho de fomento fica prejudicado". O Conselheiro Beto destacou que "particularmente, entende que não é proibido construir em casos extremos (calamidade pública). Para se construir com recursos públicos é complicado e eles englobavam quase todo o recurso. O debate é complexo". A Dra. Rosana, do MPDFT "não tem opinião precisa sobre o tema, mas não vê dificuldade, conforme parecer do relator com as ponderações da Sra. Daise. O MPDFT precisa analisar melhor para definir se este é o melhor caminho. Analisar a resolução com a lei em vigor atualmente. Mas ao que parece a primeira impressão não haveria vedação".A Conselheira Roberta "devemos dar importância, pois a sociedade civil tem feito um trabalho para a sociedade e precisamos rever essa questão da reforma e construção. As estatísticas dizem que a sociedade civil desenvolve mais ações que o governo e se não acessar recurso do governo para adequar os espaços o que gera o sucateamento e prejudicando as crianças que estão dependendo do atendimento". O Sr. Ciro Heleno Silvano, do Conselho de Entidades de Promoção e Assistência Social tratou dos imóveis do DF. "As entidades estão com a possibilidade de ter legalizados seus terrenos e é preciso recursos. Este CDCA/DF já aprovou projeto de construção para instituição que não tem escritura ou uso de uso do terreno. Portanto, temos uma realidade premente de carência de recursos para construção. Devemos lembrar que estamos buscando junto às autoridades para que os processos se acelerem. As instituições precisam de recursos. É a oportunidade deste CDCA/DF exercer o papel que lhe cabe, por isso esperamos que digam sim às crianças e adolescentes do DF". Fábio Félix "muitos não têm amadurecimento sobre o tema, pediu vistas sobre o mérito para compartilhar melhor as ideias.". Vista SINDISAC. Concedida para o conselheiro com relatório na próxima Plenária. Siênia diz que se "temos consenso na fala de que é necessário rever a resolução para que as instituições que prestam serviços importantes para crianças e adolescentes e se necessário for a melhoria das instalações físicas. Mas o que a conselheira Mari trouxe foi que a discussão na comissão não foi com base no novo marco regulatório. Mari trará um esboço do marco regulatório e trabalharão na proposição do decreto da área federal. É preciso se respaldar melhor com base na revisão da resolução do CDCA e isso ficar inviabilizado ao marco regulatório. Não precisamos esperar a publicação do decreto, mas sim usar o esboço do decreto para orienta os trabalhos". Daise - "Ressaltou que esse assunto está em discussão há um ano. Esse conselho discute isso há anos. O assunto não é novo neste conselho. Como o marco regulatório entre em vigor em 2016, não podemos ficar pensando em decisões futuras, pois ela pode não acontecer. Ai o

trabalho fica atrasado. Propõe e alteração, teto de valores de reformas dentro da proposta de critério pelo FDCA/DF, complementando com a captação de recursos e então se, por acaso, em 2016 isso não acontecer, fariamos a revisão. O que não se pode é esperar 2016 e o decreto não chega perdemos tempo". Salviano - "este conselho não toma providências, não acha com o que gastar". Clemilson - "insiste que o orçamento de 2016 seja dada ciência ao CDCA/DF, que se apropriem sobre a aplicação do orçamento para a área da infância. A partir daí temos um mapa do gasto, aí pensaremos o FDCA/DF. Isso não é possível sem o controle social e o desenho para a área da infância". Valdemar - "esperamos um ano. A Secretaria Executiva passou o parecer para todos. Na Plenária se encaminhou para a comissão de legislação, discutiu-se com a nova composição e não houve apropriação do mérito. A decisão sobre o marco regulatório não interfere neste conselho. O Governo de Brasília pode regulamentar. Este conselho não quer exercer sua autonomia. Registra a indignação para protelar a decisão". Mari da Secretaria de Relações Institucionais - "está no tempo de ser tomar a decisão. Claro que isso não prejudica o aprofundamento do tema. Temos que ser mais claros na resolução. A resolução pode ser mais clara nos requisitos. No período de vistas buscar a própria comissão de legislação, trazer os critério para se aprovar a resolução prevendo a construção. Nada se justifica 50 milhões parados no fundo. A sociedade precisa, o governo precisa do apoio de suas ações. Pensar alguns critérios". Rosângela MPDFT - "preocupação com o enriquecimento patrimonial não é preciso preocupação p CDCA/DF porque o estatuto prevê que o patrimônio será revertido para outra instituição congênere. O patrimônio é público e reverte em benefício de outra instituição". Beto - "na próxima Plenária, após o pedido de vista isso será melhor discutido. Temos muitas instituições que tem interesse em discutir". Emilson - "a legislação veda obra. Na contabilidade é aumento do patrimonial líquido. Então o governo não pode fazer isso para a instituição. O entendimento moral nasce em 2010 com os escândalos entres sociedade civil e governo que geram CPI que geram o marco regulatório. Hoje podemos reformar, pois está dentro das obrigações. Reforma sem aumento de patrimônio líquido. A melhor maneira é lançar edital de captação exclusivo para obra, isto é, para agilizar o processo até que se tome pé dos entendimento que vão ter. Se lançar o edital hoje, somente se executa em novembro ou dezembro no próximo ano. Nas próximas reuniões decide se revoga o artigo da resolução 61". Item 4. Plano Decenal do Sistema Socioeducativo - Apresentação de Maria José Rocha, Douglas Gomes e Samanta Attias da Secretaria da Criança - 1 hora. Dada a Palavra ao Marcelo, este destacou o "Plano Decenal Socioeducativo" - nesse plano se procurou elaboração horizontal e participativa possível. Ouviu socioeducandos, familiares e oficinas. Mais de 1000 participantes na elaboração do plano. 2300 servidores ouvidos pelo sistema eletrônico com 250 contribuições. Realizou-se oficinas com socioeducandos com base nos quatro eixos operativos do SINASE para que eles refletissem sobre o sistema e o que eles queriam que mudasse. Sistematizas as informações, filtrou-se o que era mais importante. Houve audiência pública na Câmara Legislativa, seminário com participação da Vara de Execução, da Promotoria da Infância, da Defensoria, SINASE, VIJ, Conselho Regional de Psicologia, UNB. Ficou na internet para consulta pública. Na Plenária anterior a esta sugeriu ouvir o SINASE, que foi ouvido e ao final temos a versão preliminar discutida em 10 reuniões com a comissão intersectorial. Informou que 15 órgãos contribuíram para a redação final do projeto. Mais de 2500 contribuições sistematizadas para serem contempladas. Todos os princípios e diretrizes do SINASE, CONDANDA e legal foram observadas. Colocaram o plano decenal no planejamento estratégico do GDF e do PPA". Dada a palavra à Presidente, Jane ela informou que a pauta precisa seguir. Aberta inscrições para acréscimos, contribuições e alteração. O Conselheiro Fábio Félix destacou que a "discussão muito relevante. Fala de conteúdo e forma de execução das medidas socioeducativas. Há um abismo entre a legislação e a execução prática disso. Acrescentou que a escola de socioeducação tem que ser casada com o Socioeducativo. Falou em formação do servidor para atuar diretamente com o socioeducandos. Precisa reverte as práticas institucionais. Não tem fluxo de tortura, não tem plano de capacitação permanente, a resolução no eixo de segurança a revista precisa ser humanizada. A escolha dos gestores das unidades não é democrático, mas precisa consultar amplamente os setores. Precisa superar a repressão". O Conselheiro Salviano parabenizou a apresentação do plano, a conexão das ideias a participação dos setores. O assunto é de natureza muito específica e precisa de atenção especial. Sugeriu a votação por consenso. O Conselheiro Beto parabenizou o grupo de trabalho pelo levantamento. Ficaram coisas a se repensar e fazer uma audiência pública. A ONU traz a questão da tortura dos internos entre eles, entre eles e os responsáveis. Utilização de tranquilizantes. E da educação integral. É preciso fazer com que o adolescente e sua família tenha sua ressocialização. Educação de peso de 6 às 10, com cultura, esporte, lazer, profissionalização que eles querem. A Conselheira Daise registrou que "a transformação acontece diariamente para os jovens e adolescentes em atividade de artes, cultura, lazer, esporte, saúde. Atendimento duas vezes por semana não resolve. Há inúmeros em cumprimento de medidas e o Estado não os acompanha. Sugere inclui no plano de se fazer convênios com instituições do governo e da sociedade civil para complementar o serviço do estado, tanto no acompanhamento das medidas. As atividades externas de lazer, esporte, saúde sem tirar o papel da educação e da saúde". A Presidente Jane "propõe a discussão do Socioeducativo porque com ela vem as necessidades. Do que é, como conduzir e o que está acontecendo. Hoje o Socioeducativo precisa ser exposto para discuti-lo. A Secretaria propõe dia 19/10 para iniciar o diálogo Socioeducativo de email com inscrições abertas com convocação das secretaria e servidores e sociedade civil para discutir o socioeducativo para discutir escolarização, procedimentos de segurança as rotinas do Socioeducativo. Em mesas temáticas se discutirá o que precisa ser feito. Verificar o que não esta contemplado e o que deveria". O Conselheiro Felix sugere pauta do Socioeducativo na próxima Plenária. Tentar reunir a comissão de medias socioeducativas para propor novos encaminhamentos. Salviano sugere não trazer para a Plenária e confiar no que foi trazido nas proposições e em dia diferente da Plenária. Jane sugeriu Plenária Extraordinária para debater o Socioeducativo. A Secretaria de Educação pontuou no eixo 3, objetivo 5 - incluir a secretaria de educação na participação periódica em palestras do protagonismo. Eixo 6 - incluir a secretaria de educação em todas as metas. No objetivo 2 fortalecer a política porque existem as diretrizes de escolarização na socioeducação. Não é implementação porque isso já acontece e sim fortalecimento. O Professor Rogério Córdoba da UNB atestou que "o projeto é da unidade como um todo. As rotinas precisam ser trabalhadas. A questão fundamental é do paradigma e do que entendemos como socioeducação. Como agenciamento do cotidiano e da rotina. Sem aprofundar o conceito vamos consumir tempo sem resultado". Posto em 117votação a Plenária do CDCA/DF aprovou, por unanimidade, o Plano Decenal do Socioeducativo. Item 5. Inversão de pauta para tratar do "PROGRAMA JOVEM CANCAN-DO". - Dada a palavra ao Conselheiro Emilson, "este informou o repasse de 11 milhões e 200 mil ate para cobrir o projeto até o final do ano o programa jovem candango que atende 2700 alunos espalhados em órgãos do Governo e sem recursos para pagar e dar continuidade do projeto. Mas o Governo renovou o contrato e solicitou ao CDCA/DF o repasse. A reunião conjunta definiu: se o Governo solicita dinheiro do FDCA/DF, a gente divide entre a modalidade 90 do Governo e 50 que a sociedade civil faz. Aceita, mas tira do Governo da modalidade 90. Segunda ressalva: pegue o dinheiro da fonte 100. Terceira: que repasse da SEGAD pra a secretaria da criança e que haja a previsão orçamentária para o próximo no ano na secretaria da criança e não do FDCA/DF. Quarta ressalva, que não entrem mais alunos no edital em vigor, ou seja, não se contratara novos aprendizes. Será criando novo edital pelo CDCA/DF e o fórum de aprendizagem pra formular novo edital. As vagas decorrentes da saída vão par ao próximo edital. Haverá o repasse do dinheiro par evitar o prejuízo das

crianças e no final do ano tenha atraso no pagamento, como não temos executar tudo, com as ressalvas se repassa com credibilidade. A quinta ressalva, se precisar alterar o nosso próprio orçamento, a Governança deverá colocar o crédito à disposição o mais rápido possível". Salviano destacou que "todo contrato prevê o objeto. Se for serviço de aprendizagem se faz a previsão com base numérica. A renovação para 2016 não contempla uma progressão que esta no contrato". Emilson esclareceu que "a secretaria da criança não quer continuar o edital. E isso será resolvido com o Secretário da SEGAD. Se as condições não forem aceitas o repasse não será feito".Beto entende que deve-se "inscrever o programa como plano de aprendizagem da secretaria da criança após discussão no conselho". Salviano "questionou qual o papel do CDCA/DF nesse processo? Sugere que ele entre indicando quais são as diretrizes do novo candango, a discussão do edital, e tudo parte do CDCA/DF. A participação do CDCA/DF na transição com criação de um grupo especial". Jane "sugere reserva de vagas aos socioeducandos com poupança para evitar a rescendência. Ocupar 1000 adolescentes permanecendo no programa com a probabilidade de receber esse dinheiro no final faremos política com esse programa". Posto em votação, o CDCA/DF aprovou por unanimidade a proposta. Item 6. Inclusão de logotipo do CDCA/DF em bens móveis e projetos financiados com recursos do FDCA/DF - Resolução para incluir no termo de conveniamento e editais a inclusão da logo. Item 7. PPA - Apresentação Emilson (20 minutos) - O Conselheiro Emilson explicou que "estamos com a formação da PPA e a LOA. O responsável é a comissão do fundo e de políticas. É preciso fazer ad referendo da Plenária porque precisa aprovar em setembro. 15/09 é apresentada a Câmara Legislativa, dia 5/9 é o último dia. Então é preciso aprovar e depois referenda em plenária. Socializar o texto das comissões. Fazer próxima reunião do fundo e políticas aberta aos demais e conjunta para qualquer membro do CDCA/DF para formulação do PPA 206/2019 e a Loa 2016". Haverá reunião conjunto sexta pela manhã 28/09. Às 9h30. Item 8. Processo nº 417.001. 129/2014 - Interessado ISBET. Acrescentou no projeto o pagamento do aluguel que não era permitido. Eles pagarão como contrapartida. A solicitação é para utilizar os R\$ 9.000, 00 para dentro do projeto. Aprovado. Item 9. Processo de Concessão de Registro Processo: 0417-000.967/2014, interessado: Instituto Rita Trindade Distribuição: ISBET; Processo: 0417-000.953/2014, interessado Associação Pequenos Passos Distribuição: Lar da Criança Padre Cícero adiados para a próxima Plenária. Processo de Concessão de Registro Processo: 030.010.715/1994, interessado: Instituto Nossa Senhora do Brasil - INOSEB, distribuição: Casa Azul e Processo: 0400-000.994/2009. interessado: Ação Social do Planalto, distribuição: Subsecretaria de Estado da Juventude do DF adiados para a próxima Plenária. Item 10. Processo: 0400-001.491/2014, interessado: Amigos do Bem, distribuição: SINDSASC. relatado pelo conselheiro Félix. Pelo deferimento da concessão do registro. Item 11. Fórum PETI - evento que ocorrerá dia 22/09/2015, 9h no CEREST da 712/912 Sul reunião do fórum para discutir o seminário. Na Câmara Legislativa tema "desafios das políticas setoriais no governo de brasileiro para o enfrentamento de trabalho infantil" - solicitou um representante do CDCA/DF. O Conselheiro Ailton do CESAM representará o CDCA/DF. Item 12. Eventos em comemoração ao Dia da Criança: Jane - FESTA DO DIA DA CRIANÇA - "as festas regionalizadas fora do Plano Piloto. Sobradinho II, Planaltina, Itapoã, Estrutural, Ceilândia, Recanto das Emas. Será como rua do lazer com diversas Secretarias, para demonstrações de rapel, brincadeiras de roda. A secretaria financia palco com som e tendas em 5 para cada Região Administrativa, banheiros químicos. Alimentação não tem como fornecer, mas ofertará de 4000 a 5000 cachorros-quentes e pipocas, restaurante comunitário a R\$1. A corrida da Criança dia 11/12/2015 abre as festividades do dia das crianças em parceria com a Secretaria de Esportes e seguida a festa de 10h às 17 horas. Os administradores de regionais estão envolvidos no processo. A Campanha publicitária, a Secretaria de governo vai assumir. Nós vamos arrecadar brinquedos novos, professores darão aulas para serem doados na festa. Serão 5 brinquedos em cada RA. O palco fica aberto para atividades voltadas para a criança. A Secretaria de Cultura vai exibir atividades". Roberta sugere incluir santa Maria. Luci sugere oficiar a Secretaria de Saúde para disponibilizar SAMU e a Secretaria de Segurança para disponibilizar corpo de Bombeiros. Jane explicou que "cada RA precisa providenciar as autorizações e as identidades infantis. Emilson - orçamentariamente explicou que a fonte 100 é para eventos. Temos R\$ 3 milhões disponíveis. Como está na modalidade 90 é possível deixar mais 2 milhões. Jane disse que o curso inicial é de aproximadamente R\$ 546 mil sem Santa Maria. O que conseguir achar em Ata de registro de preço vamos aderir, mas o que não estiver não será contemplado. Existe a Ata da Corrida de Reis que contempla grande parte do proposto". Beto questionou que tipo de imagem vai ser associada aos eventos? Jane - haverá material de divulgação com CDCA/DF como financiador do evento. Emilson propõe a análise da dimensão política disso. Jane informou que "haverá audiência pública no mês de outubro para discutir a temática. Ela vai passar as agendas dos eventos. Daise sugeriu uma tenda com erradicação do trabalho infantil, CDCA/DF etc". O apoio foi aprovado por unanimidade. Item 13. Formulação do Sistema de Informatização da Secretaria da Criança e do CDCA/DF. Jane sugere um "programa que consiga unificar o CDCA/DF com a Secretaria e Subsecretarias para que se extraia dados que não temos para propor as políticas pela informatização. Dados de instruções, quantas crianças, quais os programas, os regimes. A ideia e informatizar e que traga os dados e o acompanhamento daqui para frente. Será repostado em Plenária o que foi aprovado. Vamos contratar, discutir". Daise - "A proposta foi fazer 3 orçamentos com instituições que oferecem e depois discutiremos como alcançar o diagnóstico. A Plenária decidiu iniciar primeiro pelo CDADA/DF para depois ampliar para as Secretarias". Salviano - sugere reunião com a DIT/SEGAD para iniciar os trabalhos. Item 14. Edital de fluxo contínuo tema adiado para a próxima Plenária. Item 15. Informes gerais: A Presidente do CDCA/DF convocou todos os Conselheiros de Direitos para análise documental na sede da UNIEIRO pra cumprir o prazo do processo de escolha dos conselheiros tutelares. A Vice-Presidente Daise registrou na próxima reunião da comissão de políticas e fundo convidar o especialista. Encerrou se a 13h45. Eu, Elisa Horsth, Secretária Executiva do CDCA/DF, secretariei esta reunião e digitei esta Ata que se encontra assinada pelo Presidente. Brasília, 28 de agosto de 2015.

JANE KLEBIA REIS
Presidente do Conselho